

ASTRONOMIA E ASTRONÁUTICA

RONALDO ROGÉRIO DE FREITAS MOURÃO

Centenário da Missão Cruls — II

Depois de uma primeira exploração preliminar da região, o principal problema da Missão Cruls foi a demarcação da zona. Havia várias soluções possíveis. No entanto, convinha procurar a que melhor viesse a satisfazer a determinação do artigo terceiro da Constituição: "Fica pertencente à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital Federal."

Uma delas seria adotar uma forma irregular, para a zona do futuro Distrito Federal, na qual tomar-se-iam para limites os sistemas orográficos e hidrográficos. A outra seria, seguindo o exemplo dos EUA, onde os limites dos estados da sua federação são, na verdade, arcos de meridiano e arcos de paralelo. Imaginou Cruls que, se fosse adotado o critério norte-americano, o melhor seria demarcar a área sob a forma de um quadrilátero que tivesse por lados arcos de paralelos e meridianos.

A primeira solução — a forma irregular — além de exigir um longo tempo para a sua demarcação, em virtude da necessidade de um indispensável levantamento do perímetro da zona delimitada, com medições de base fundamental numa primeira demarcação, iria obrigar, mais tarde, uma segunda demarcação, definitiva e absoluta por meio de um levantamento geodésico.

A segunda — a solução do quadrilátero esferoidal — além de preencher melhor a proposta, tinha a vantagem, pelo seu perímetro em forma de uma figura geométrica regular, de evitar futuras questões litigiosas que poderiam surgir entre os estados limítrofes. Na verdade, as latitudes de dois arcos de paralelo, bem como as longitudes de dois arcos de meridianos, delimitam a área demarcada e tornam possível verificar, a qualquer momento, a posição exata no terreno dos limites da zona. Por outro lado, a forma e as dimensões do esferóide terrestre permitiriam determinar, com suficiente rigor, a área de um quadrilátero limitado por ar-

cos de meridiano e de paralelo, uma vez que suas respectivas longitudes e latitudes fossem bem conhecidas.

Uma vez decidida que a segunda solução era a melhor, Cruls devia escolher a forma do quadrilátero. Para isso inspirou-se em considerações relativas à própria região, tais como o seu sistema hidrográfico, orográfico, riquezas naturais etc.

Com base nessas considerações, Cruls concluiu que a forma mais conveniente seria um quadrilátero que tivesse cerca de 160 e 90 quilômetros como arcos de paralelo e meridiano, de modo que o quadrilátero teria uma superfície de 14.400 quilômetros quadrados, como havia sido determinado na Constituição. Em consequência dessa decisão a comissão reunida, em Formosa, resolveu dividir-se em quatro grupos, destinados a determinar a posição geográfica de cada um dos vértices do quadrilátero.

Além da determinação geográfica, a comissão estudou o sistema hidrográfico, a possibilidade e aproveitamento das pedras para as construções, das argilas para a fabricação de tijolos. Anotou que a região explorada não era extremamente rica em florestas, o que iria dificultar a obtenção de madeira.

Sobre as vantagens de Brasília, que só seria uma realidade em 1960, graças à visão de desenvolvimento de JK, devemos transcrever o seguinte texto de Cruls:

"É inegável que até hoje o desenvolvimento do Brasil tem-se sobretudo localizado na estreita zona do seu extenso litoral, salvo, porém, em alguns de seus Estados do Sul, e que uma área imensa de seu território pouco ou nada tem se beneficiado deste desenvolvimento. Entretanto, como demonstra a exploração à qual procedeu esta Comissão, existe no interior do Brasil uma zona gozando de excelente clima com riquezas naturais, que só pedem braços para serem exploradas".

O conjunto formado pelos quatro marcos, deixados no Planalto Central por Luiz Cruls e sua equipe, pode ser considerado um autêntico monumento à força de vontade do homem.